

## *Evidenciação Contábil das Informações Ambientais: Uma Análise das Empresas da Serra Gaúcha Listadas na Bovespa*

Revista Rosa dos Ventos

6(4) 508-530, out-dez, 2014

© O(s) Autor(es) 2014

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Pós-Graduação em

Turismo e Hospitalidade

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



*Alex Eckert<sup>1</sup>, Eduardo Tomedi Leites<sup>2</sup>, Suzana Cechinato<sup>3</sup>,  
Marlei Salete Mecca<sup>4</sup>, Roberto Biasio<sup>5</sup>*

### RESUMO

Em uma sociedade que se fundamenta na transparência, na responsabilidade social e na Governança Corporativa, entende-se ser necessário conhecer como as empresas estão evidenciando as informações ambientais. Neste sentido, o presente estudo tem o objetivo de verificar se as empresas da região turística da Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, listadas na BM&FBovespa, seguidoras das Práticas de Governança Corporativa, evidenciam em seus relatórios e nas demonstrações contábeis as informações de cunho ambiental. Desse modo, para a coleta dos dados, foram analisadas as demonstrações contábeis, especialmente as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório de Sustentabilidade, o *site* das empresas e da BM&FBovespa e da CVM. Os dados apresentados foram extraídos do Relatório de Sustentabilidade, do Balanço Social, do Relatório da Administração e do *site* das

<sup>1</sup> **Alex Eckert** – Doutorando em Administração, Universidade de Caxias do Sul. Professor da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: alex.eckert@bol.com.br

<sup>2</sup> **Eduardo Tomedi Leites** – Mestre em Ciências Contábeis. Professor da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: leites@bol.com.br

<sup>3</sup> **Suzana Cechinato** - Bacharel em Ciências Contábeis. E-mail: suzanac.fiscal@gmail.com

<sup>4</sup> **Marlei Salete Mecca** - Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: msmecca@gmail.com

<sup>5</sup> **Roberto Biasio** – Doutor em Administração. Professor da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: rbiasio@commcenter-rs.com.br

empresas, pois nas demais demonstrações não foram encontradas informação relacionada ao meio ambiente. Após a análise dos dados, concluiu-se que as empresas enfatizam sua imagem divulgando essas informações demonstrando um retrato positivo perante a sociedade, seja com a intenção de amenizar os impactos ambientais ou por questão de *marketing*, ou para obter vantagem em relação à concorrência.

**Palavras-chave:** Governança Corporativa. Contabilidade Ambiental. Evidenciação. BM&FBovespa. Região Turística da Serra Gaúcha, RS.

## ABSTRACT

Accounting Disclosure of Environmental Information: An Analysis of the Companies from Serra Gaucha Listed on the Bovespa – In a society that is based on transparency, social responsibility and corporate governance, it is necessary to know how companies are highlighting the environmental information. In this sense, this study aims to verify that the companies of the tourist area of Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brazil, listed on the BM&FBOVESPA, followers of Corporate Governance Practices, evidence in their reports and financial statements the environment-related information. Thus, for the data collection, the Financial Statements were analyzed, especially Explanatory Notes, the Management Report, the Sustainability Report, the site of the companies and the BM & FBOVESPA and CVM. Data were extracted from the Sustainability Report, the Social Report, the Management Report and website companies, as in the other statements were not found information related to the environment. After analyzing the data, it was concluded that companies emphasize their image disclosing this information demonstrating a positive outlook towards society, is intended to mitigate environmental impacts or marketing issue, or to gain an advantage over competitors.

**Keywords:** Corporate Governance. Environmental Accounting. Disclosure. BM&FBovespa. Serra Gaúcha Tourist Region, RS.

## INTRODUÇÃO

O planeta Terra vem sofrendo uma grande e rápida transformação. Os recursos naturais, antes abundantes e inesgotáveis, tornam-se cada vez mais escassos. A partir do momento em que o homem deixou de ser nômade e fixou-se em uma determinada região, passou a preocupar-se com a manutenção dos recursos naturais e de como manter uma infraestrutura adequada para a população (Hendriksen & Van Breda, 1999). A sociedade não se preocupava em preservar os recursos naturais ou recuperar os por ela utilizados, e os tratava como se fossem fonte inesgotável de matéria prima. Sem responsabilidade ambiental, os resíduos poluentes eram descartados de forma inconsequente, sem que fosse realizado qualquer tipo de ação que pudesse amenizar os danos por eles causados e, assim, prejudicando ainda mais o meio ambiente.

Com o efeito cada vez mais presente dessas agressões, a sociedade passou a cobrar das empresas e do governo um maior comprometimento com o meio ambiente. Assim, as empresas passaram a agir em relação à proteção ambiental investindo em procedimentos que reduzissem os impactos que a realização de suas atividades ocasionasse ao meio ambiente e à sociedade. O aumento da preocupação com a preservação ambiental, também se reflete nas informações divulgadas, já que as empresas devem informar aos usuários sobre sua conduta em relação ao meio ambiente. Dentro desse contexto, entende-se que a contabilidade pode ser vista como um importante instrumento para controlar e proporcionar melhores decisões sobre as atividades da empresa.

Justifica-se por esse estudo a necessidade de verificar como as empresas da Serra Gaúcha listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), seguidoras das Práticas de Governança Corporativa estão evidenciando as informações ambientais e as práticas adotadas em benefício do meio ambiente, importantes tanto para fins científicos como profissionais. A consciência de que um controle mais eficaz dos processos poluidores proporciona uma melhor qualidade de vida para a sociedade como um todo, tem em paralelo que qualquer atuação realizada em relação à questão ambiental interfere diretamente na área social. Para o âmbito acadêmico, acredita-se ser importante oferecer maior e melhor conhecimento, eu leve a ampliar o senso de responsabilidade e comprometimento em relação ao meio ambiente, pelas empresas e sociedade. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi o de verificar se as empresas da região turística da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, listadas na BM&FBOVESPA, seguidoras das Práticas de Governança Corporativa, evidenciam em seus relatórios e nas demonstrações contábeis informações de cunho ambiental.

## **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Governança Corporativa surgiu na primeira metade dos anos 1990, nos Estados Unidos, nascida da percepção dos acionistas para a necessidade de criação de regras que os protegessem dos abusos das diretorias executivas das empresas, como erros estratégicos e fraudes, através de um conjunto eficiente de mecanismos. Tais regras deveriam garantir que o comportamento dos executivos estivesse sempre alinhado com os interesses dos acionistas, superando o 'conflito da agência' decorrente da separação entre a propriedade e a gestão empresarial (IBGC, 2012a). Nesses termos, Oliveira (2006) define a Governança Corporativa como:

O conjunto de práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas – com seus negócios, produtos e serviços – ao proteger, de maneira equitativa, todas as partes interessadas – acionistas, clientes, fornecedores, funcionários e governo – facilitando o acesso às informações básicas e melhorando o modelo de gestão (p.17).

Já para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2012a), a mesma se caracteriza como “o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho da administração, diretoria e órgãos de controle” (p19). Na perspectiva de Andrade e Rossetti (2009, p. 26), a Governança Corporativa “é um dos instrumentos determinantes do desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões – econômica, ambiental e social”. Entende-se que seguindo as boas práticas de Governança Corporativa, a empresa tenderá a se beneficiar tanto em mercados desenvolvidos, quanto em mercados em desenvolvimento, por se tornar mais transparente perante seus acionistas e funcionários, demonstrando segurança a todos os envolvidos que, seguindo tais regras, garantem que não haja desordem.

A Governança Corporativa tem como objetivo incrementar seu valor de mercado através da execução de procedimentos e atividades que os acionistas estabelecem para o conselho e diretoria da organização. As empresas com elevados padrões técnicos e éticos de Governança Corporativa valem mais do que aquelas que não se preocupam com esse aspecto fundamental para sua gestão (Rodrigues & Mendes, 2004, p.122). A gestão estratégica da organização, exercida pela diretoria da companhia, define um plano para a longevidade e lucratividade da organização em um horizonte de longo prazo, que considere pesquisas, análises, seleção de executivos, execução de projetos e alianças estratégicas. Para isso, a Governança Corporativa deve estar alinhada com os interesses dos acionistas, e compatíveis com os interesses e expectativas de funcionários, clientes, fornecedores, credores e comunidade em que a empresa opera (Silva, 2006).

**O Instituto de Governança Corporativa** - O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) – uma sociedade civil de âmbito nacional, sem fins lucrativos – é uma organização exclusivamente dedicada à promoção da Governança Corporativa no Brasil, sendo o principal fomentador das práticas e discussões sobre o tema no País, tendo alcançado reconhecimento no País e no exterior. Fundado em 27 de novembro de 1995, o IBGC tem o propósito de "ser a principal referência nacional em Governança Corporativa; desenvolver e difundir os melhores conceitos e práticas no Brasil, contribuindo para o melhor desempenho das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade mais justa, responsável e transparente" (IBGC, 2012b, p.1). O Instituto é responsável pela elaboração do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Atualmente o Código divide-se em: "Propriedade, Conselho da Administração, Gestão, Auditoria Independente, Conselho Fiscal e Conduta e Conflito de Interesses" (IBGC, 2012a, p. 2). No Quadro 1, pode-se verificar o resumo das melhores práticas de Governança Corporativa.

**Quadro 1: Resumo das Melhores Práticas de Governança Corporativa**

Divisão	Descrição
Propriedade	Cada sócio é um proprietário da organização, na proporção de sua participação no capital social, leva em conta o modo e a forma de como os direitos e poderes dos acionistas são exercidos.
Conselho de Administração	Principal componente do sistema de governança tem a função de avaliar o funcionamento e o desempenho do conselho.
Gestão	Atua como elo entre a Diretoria e o Conselho de Administração, analisa como a direção da organização exerce seus papéis.
Auditoria Independente	Verifica se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade
Conselho Fiscal	Visa agregar valor para a organização, sendo visto como um controle independente para os sócios.
Conduta e Conflito de Interesses	Define responsabilidades sociais e ambientais, deve refletir a cultura da empresa e enunciar, com total clareza, os princípios em que está fundamentado.

**Fonte:** Adaptado pelos autores de IBGC (2012a)

Acredita-se que as práticas de Governança Corporativa contribuam para um desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando melhorias no desempenho das empresas, por isso, julga-se importante ter conselheiros bem qualificados e um sistema de Governança de alta qualidade para que fracassos possam ser evitados.

**Governança Corporativa no Brasil** - De acordo com o IBGC (2012a), no Brasil os conselheiros profissionais e independentes surgiram em resposta ao movimento pelas boas práticas de Governança Corporativa e a necessidade de as empresas modernizarem sua alta gestão, visando tornarem-se mais atraentes ao mercado. Em 1999, foi publicado o primeiro código sobre Governança Corporativa, elaborado pelo IBGC, trazendo informações sobre o conselho de administração e sua conduta esperada, contendo os seguintes princípios básicos:

- tratamento equânime dos acionistas: tratamento justo e igual a todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), ou seja, qualquer atitude ou prática discriminatória é totalmente inaceitável;
- prestação de contas (*accountability*): quem receber um cargo deverá prestar contas de todos os seus atos a quem os elegeu, respondendo integralmente pelos atos praticados no exercício de seus mandatos;
- divulgação e transparência (*disclosure*): além de divulgar as informações que são obrigatórias por lei devem-se disponibilizar aos interessados todas as informações que sejam de seu interesse, pois a total transparência resulta em uma maior confiança por parte dos *stakeholders*;
- responsabilidade corporativa: os conselheiros deverão zelar pela sustentabilidade das organizações, tendo visão de longo prazo e considerações de ordem social e ambiental.

Conforme os princípios básicos de Governança Corporativa entende-se que todos os acionistas deverão receber tratamento de forma igual, sendo que nenhum deles poderá sofrer qualquer tipo de discriminação; ao assumir algum cargo, deverá prestar contas de todos seus atos praticados em prol da entidade, demonstrando suas ações com transparência para que o resultado seja um grau maior de confiança por parte de todos os usuários.

**Contribuições da BM&FBovespa à Aplicabilidade das Práticas de Governança Corporativa** - Segundo o IBGC (2012a), em dezembro de 2000, com o objetivo de estimular o interesse dos investidores e a valorização das empresas listadas, a BM&FBovespa contribuiu para a aplicabilidade das práticas de Governança Corporativa, lançando segmentos especiais de listagem, segmentos estes, destinados a empresas com padrões superiores de Governança Corporativa. Além do mercado tradicional, passaram a existir mais quatro segmentos diferenciados de Governança: Nível 1, Nível 2, Novo mercado e o Bovespa Mais. Andrade e Rossetti (2009) salientam que: “o ponto chave exigido para listagem das empresas nesses segmentos diferenciados é a maior proteção e, como decorrência esperada, a maior presença do investidor minoritário no mercado” (p. 440). Entende-se que os segmentos de listagem foram desenvolvidos com o propósito de aumentar as negociações, o interesse de investidores com o objetivo de maior liquidez ao mercado, assegurando a implementação voluntária das práticas de boa governança por parte das empresas de capital aberto.

#### NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

**Nível 1** - Classificam-se nesse Nível as empresas que tenham ações preferenciais na sua estrutura acionária. O Nível 1 exige que as empresas adotem práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso, devem divulgar informações adicionais. As companhias listadas nesse segmento devem manter um nível de no

mínimo de 25% de ações em circulação. Caracteriza-se como nível de menor comprometimento com regras de Governança Corporativa (BM&Fbovespa, 2012).

**Nível 2** - Classificam-se nesse Nível as empresas que tenham ações preferenciais em sua estrutura acionária. Além das obrigações contidas no Nível 1, o Nível 2 adota um conjunto mais amplo de práticas de Governança e de direitos adicionais para os acionistas minoritários, exige também que as companhias aceitem e cumpram todas as obrigações previstas no regulamento do Novo Mercado, com algumas exceções (BM&Fbovespa, 2012). As empresas listadas no Nível 2 têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações preferenciais o direito de todos os acionistas a venda de no mínimo de 80% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador. Nesse nível, as ações preferenciais ainda dão direito de voto dos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a companhia, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas. Caracteriza-se como um envolvimento intermediário.

**Novo mercado** - Trata-se do mais elevado padrão de Governança Corporativa. As companhias no Novo Mercado só podem emitir ações com direito a voto, as chamadas ações ordinárias (ON). Este segmento de listagem requer um percentual mínimo de 25% ações em circulação (BM&Fbovespa, 2012). Por se tratar de uma mudança relevante nas estruturas de capital das companhias, é mais comum que as empresas que decidem abrir seu capital, já tomem essa decisão de integrar o segmento especial de listagem do Novo Mercado durante esse processo. Representa a adoção de 100% das regras.

**Bovespa mais** - De acordo com a BM&FBovespa (2012), este segmento de listagem foi idealizado para tornar o mercado de ações brasileiro acessível a um número maior de empresas, especialmente àquelas que desejam entrar no mercado aos poucos, como as empresas de pequeno e médio porte, que enxergam o mercado como uma importante fonte de recursos e que buscam adotar diferentes estratégias de ingresso no mercado de ações: captação de menores volumes; aumento de exposição junto ao mercado para criar valor e realização de distribuições mais concentradas. As empresas listadas no Bovespa Mais tendem a atrair investidores que visualizem nelas um potencial de desenvolvimento mais acentuado, quando comparadas com empresas listadas no mercado principal. As regras de listagem do Bovespa Mais são semelhantes às do Novo Mercado e, da mesma forma, as empresas nele listadas assumem compromissos de elevados padrões de Governança Corporativa e transparência com o mercado. As regras mais rígidas para as empresas reduzem o risco dos investidores que decidem serem sócios destas empresas, graças aos direitos e garantias asseguradas aos acionistas e às informações mais completas divulgadas, que reduzem as assimetrias de informações entre acionistas controladores, gestores da companhia e os participantes do mercado.

**Diferenças entre os Segmentos de Listagem conforme a BM&FBovespa (2012)** - Os segmentos de listagem foram desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimule o interesse dos investidores e a valorização das companhias. O Nível 1, contempla apenas regras de transparência e de dispersão acionária estabelecidas no Novo Mercado e no Nível 2, com exceção da obrigação de divulgação de demonstrativos financeiros em padrão internacional; o Nível 2, contempla tanto regras de transparência e de disposição acionária quanto regras de equilíbrio de direitos entre acionistas e controladores minoritários, e a possibilidade das Companhias pertencentes a este nível ter ações preferenciais na sua estrutura de capital. O Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente com a adoção de práticas de Governança

Corporativa adicionais além do que é exigido pela regulamentação brasileira e seu capital é composto somente por ações ordinárias. No Quadro 2 são apresentadas as exigências para a adesão de cada um dos segmentos de listagem.

**Quadro 2: Comparativo dos Segmentos de Listagem**

Ações Emitidas	Tradicional	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Bovespa Mais
<b>Ações</b>	Ações ON e PN com direitos adicionais			Somente ações ON	Somente ações ON podem ser negociadas, permite existência de PN
<b>Free Float Mínimo</b>	Não há regra	No mínimo 25% de <i>Free Float</i>			25% de <i>free float</i> até o 7º ano de listagem, ou condições mínimas de liquidez
<b>Distribuição pública de ações</b>	Não há regra	Esforços de dispersão acionária			Não há regra
<b>Vedação a disposições estatutárias</b>	Não há regra	Limitação de voto inferior a 5% do capital			Não há regra
<b>Composição do Conselho da Administração</b>	Mínimo 3 membros conforme legislação	Mínimo 5 membros sendo 20% independentes com mandato unificado de até 2 anos			Mínimo 3 membros conforme legislação
<b>Vedação a cumulação de cargos</b>	Não há regra	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa, carência de 3 anos a partir da adesão			Não há regra
<b>Obrigação do Conselho da Administração</b>	Não há regra	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações.			Não há regra
<b>Demonstrações Financeiras</b>	Conforme Legislação	Traduzidas para o inglês			Conforme Legislação
<b>Reunião pública anual e calendário de eventos corporativos</b>	Facultativo	Obrigatório			Facultativo
<b>Divulgação adicional de informações</b>	Não há regra	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta			Não há regra
<b>Concessão de Tag Along</b>	80% para ações ON conforme legislação		100% de ações ON e PN	100% para ações ON	
<b>Oferta pública de aquisição de ações</b>	Conforme legislação		Obrigatório em caso de fechamento de capital ou saída do segmento		
<b>Oferta pública de aquisição de ações</b>	Facultativo		Obrigatório		

Fonte: Adaptado pelos autores de BM&FBovespa (2012)

No Quadro 2, verifica-se as diferenças entre os níveis de Governança Corporativa, sendo possível fazer a comparação entre elas.

## **CONTABILIDADE AMBIENTAL**

A contabilidade ambiental apresenta-se como um novo desafio aos usuários para demonstrar a importância de as empresas atuarem na preservação e recuperação do meio ambiente, utilizando a contabilidade como ferramenta para a tomada de decisões, além das obrigações que se referem à questão ambiental para com a sociedade. O surgimento da contabilidade ambiental dá-se devido à necessidade de registrar adequadamente os efeitos-financeiros que ocorrem na tentativa de preservar o meio ambiente (Silva, 2009, p. 36). A contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional, tendo por objetivo identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros estando estes relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma sociedade (Ribeiro, 2010). Silva (2003), explica que:

A contabilidade ambiental surge não tão somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas (interesse dos sócios e acionistas em não incorrer em prejuízos), mas também à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade: o meio ambiente (p. 81).

Paiva (2003) ressalta que a contabilidade ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.

O grau evolutivo de conscientização ambiental de determinada nação refletirá diretamente o estágio em que se encontra a Contabilidade Ambiental desse país. Nos países mais evoluídos, com economia sólida e onde as necessidades básicas da população são supridas, há preocupação com o meio ambiente por parte dos cidadãos. As leis desses países e seu cumprimento, assim como as exigências da sociedade, determinarão o comportamento das empresas em seu convívio com a natureza (Paiva, 2003, p.18).

A importância da contabilidade ambiental começa a vigorar quando os problemas ambientais passam a preocupar os gestores e a sociedade, devido à necessidade de mais informações objetivas sobre o meio ambiente o que inicialmente, os contadores não eram bem preparados para esse assunto (Cunha, Souza & Souza, 2009). Martins e De Luca (1994) salientam que:

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação (p.25).

A contabilidade ambiental é definida como um instrumento de mensuração dos gastos ambientais e de avaliação de desempenho no que envolva a questão ambiental. Deve estar devidamente integrada com a contabilidade tradicional, pois abrange informações originadas desde a aquisição de insumos até o descarte integral ou parcial do produto final (Coelho & Lins, 2010).



## EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

A evidenciação das informações de caráter ambiental, sejam elas voluntárias ou não, é hoje um dos desafios da contabilidade. Ferreira (1995) descreve que por ser um tema recente, é compreensível que a contabilidade ainda não tenha incluído as informações ambientais como objeto de classificação conceitual e metodológica apesar das exigências da sociedade. Nossa (2002) afirma que o *disclosure* ambiental pode ser feito de duas maneiras: obrigatória (compulsória), quando exigido por leis e regulamentos, ou voluntária, quando a evidenciação de informações é feita espontaneamente pela empresa ou que exceda o exigido por lei. Segundo Piacentini (2004), as evidenciações voluntárias “são meios utilizados pelos investidores para analisar as estratégias e os fatores críticos de sucesso da companhia, tanto no ambiente em que as mesmas estão inseridas, como sob o aspecto competitivo do cenário econômico” (p. 51).

De acordo com Ludícibus (2000), o objetivo da evidenciação voluntária é transmitir aos diversos usuários da Contabilidade, informações quantitativas e qualitativas, buscando propiciar uma base de informações pertinentes às atitudes da empresa. Já a evidenciação compulsória, de acordo com Boff (2007), “representa as informações requeridas legalmente pelos órgãos de regulamentação e pelos órgãos de classe” (p. 38). Esses órgãos estabelecem padrões de evidenciação compulsórios às empresas para garantir um nível informacional mínimo, necessário e exigido pelos usuários. Considera-se importante que as empresas não evidenciem apenas informações exigidas por lei, mas sim que as faça espontaneamente, pois demonstraria um maior nível de transparência da empresa para com seus investidores e uma maior responsabilidade social.

No Quadro 3 são apresentadas algumas razões para as empresas divulgarem informações de caráter ambiental.

**Quadro 3: Razões para divulgar e não divulgar informações ambientais voluntariamente**

Razões para evidenciar voluntariamente	Razões para não evidenciar voluntariamente
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caso não o faça, a divulgação se tornará obrigatória;</li> <li>• Legitimar suas atividades;</li> <li>• Distrair a atenção de outras áreas;</li> <li>• Desenvolver a imagem corporativa;</li> <li>• Se antecipar a ações regulatórias;</li> <li>• Impacto positivo no preço das ações;</li> <li>• Benefícios Políticos;</li> <li>• Direito dos acionistas e <i>stakeholders</i> à informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de incentivos;</li> <li>• Custo de levantamento e divulgação;</li> <li>• Indisponibilidade de dados;</li> <li>• Evitar divulgar informações confidenciais a concorrência;</li> <li>• Falta de demanda para a informação;</li> <li>• Ausência de requerimentos legais;</li> <li>• Outras prioridades na divulgação de informações.</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado pelos autores de Gray e Bebbington (2001).

No Brasil, não há normas que padronizem o *disclosure* ambiental. O que existe atualmente são algumas orientações e recomendações emitidas por órgãos que influenciam na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, sendo eles, o Conselho Federal de Contabilidade

(CFC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estabelecem pronunciamentos referentes ao *disclosure* ambiental conforme demonstra o Quadro 4.

**Quadro 4: Pronunciamentos referentes ao *disclosure* ambiental**

Pronunciamentos	Descrição
<b>CFC Resolução nº 1.003/04 NBC T 15</b>	Estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, tendo por objetivo demonstrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. De acordo com os procedimentos desta norma, as Demonstrações de Natureza Social e Ambiental devem evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade extraídos ou não da contabilidade.
<b>CVM Parecer de Orientação nº 15/87</b>	Estabelece que as empresas de capital aberto devam informar no Relatório da Administração as informações referentes à proteção ao meio ambiente: descrição e objetivos dos investimentos efetuados e o montante aplicado.
<b>IBRACON NPA 11 BALANÇO E ECOLOGIA</b>	Objetiva estabelecer os liames entre a Contabilidade e o Meio Ambiente, cabe-lhe também, participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões a Vida Humana e a Natureza.
<b>CPC 25</b>	Trata de provisões, passivos e ativos contingentes.

**Fonte:** Adaptado pelos autores do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2012), Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2012) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (2012).

## FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

**Balanco Social e Ambiental** - O Balanço Social (BS) busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (Ludícibus; Martins & Gelbcke, 2007). De acordo com Tinoco e Kraemer (2008):

A elaboração e a publicação do Balanço Social pelos gestores constituem-se no melhor exemplo de *accountability*. *Accountability* representa a obrigação que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros sociais, os *stakeholders* (p. 91).

Para Tinoco (2001), Balanço Social “é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários” (p. 14). Freire e Rebouças (2001) ressaltam que:

O balanço social pode ser considerado como uma demonstração técnico gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente, etc.) (p. 69).

Percebe-se que tais conceitos trazem em sua formulação a ideia de responsabilidade social e a preocupação com o meio ambiente ao informarem suas ações ambientais. Segundo Lopes de Sá (1998), o balanço ambiental é aquela demonstração das contas que evidencia as relações do patrimônio com o meio ambiente ou da natureza. O balanço ambiental deve apresentar o desejável, o que efetivamente foi feito para controlar o impacto ambiental pelos resíduos do sistema produtivo, senão poderão ter, até, um aumento de custos (como tratamento de resíduos e riscos ambientais).

**Objetivos do Balanço Social e Ambiental** - Segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007), o objetivo do BS é demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. O Balanço Ambiental tem por objetivo principal:

Tornar pública toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que a qualquer tempo possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, verificando que custos, passivos ou ativos ambientais sejam reconhecidos a partir de sua identificação em acordo com os princípios fundamentais de contabilidade (Raupp, 2012, p.148).

Entende-se que o principal objetivo do Balanço Social é o de demonstrar as informações sociais e ambientais demonstrando um maior nível de transparência para com seus investidores e usuários de suas informações.

**O Modelo IBASE** - O modelo de Balanço Social criado no Brasil foi lançado em 1997 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que o coloca como ferramenta de transparência e prestação de contas da empresa para com a sociedade.

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa (IBASE, 2012, p. 2).

Em relação a benefícios e contribuições à sociedade, o BS pode refletir o comprometimento da empresa com as necessidades básicas da população, mediante investimentos voluntários nas diferentes áreas (Pinto & Maisa, 2004). No Balanço Social do IBASE, dos quarenta e quatro itens abordados apenas três tratam sobre informações ambientais, evidenciando somente os investimentos realizados pela empresa e as metas para diminuir resíduos e aumentar eficácia. Entende-se que mesmo apresentando pouca contribuição sobre informações ambientais, o modelo IBASE possui pontos como a objetividade, que contribui para sua utilização por diversas empresas, independente do porte ou setor de atuação. Sendo que, algumas optam por apresentar o Balanço IBASE de maneira isolada ou complementando relatórios socioambientais.

**Modelo da GRI** - A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos cujo principal trabalho consiste na criação de diretrizes e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, por meio de uma rede de diálogo multi-*stakeholder*, composta por milhares de especialistas de todo o mundo (GRI, 2012). A GRI foi criada com o objetivo de elevar as práticas de relatórios de sustentabilidade a um nível de qualidade equivalente ao dos relatórios financeiros. O seu conjunto de diretrizes e indicadores proporciona a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação na comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações (Instituto Ethos, 2012).

Para Tinoco e Kraemer (2008), a GRI é um marco para a divulgação de informação para as empresas quanto a suas atuações para melhorar a sustentabilidade e aos resultados dessas atuações. Em relação ao meio ambiente, o modelo GRI é mais completo que o IBASE, uma vez que desde o início de sua implementação, a ênfase maior foi na questão ambiental (Ribeiro, 2010). O relatório de sustentabilidade (modelo de relatório da GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido, como principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações (Instituto Ethos, 2012).

## ESTUDO SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Para o estudo em questão, foram selecionadas as empresas da Região da Serra Gaúcha de capital aberto, listadas na BM&FBovespa, conforme descritas a seguir e apresentadas no Quadro 5:

**Quadro 5: Apresentação das Empresas**

Empresa	Localização	Nível de Governança Corporativa	Setor / Complemento
Fras-le S/A	Caxias do Sul	Nível 1	Bens Industriais / Material Rodoviário
Lupatech S/A	Caxias do Sul	Novo Mercado	Bens Industriais / Máquinas e Equipamentos
Marcopolo S/A	Caxias do Sul	Nível 2	Bens Industriais / Material Rodoviário
Pettenati S/A Indústria Textil	Caxias do Sul	Tradicional	Consumo Cíclico / Fios e Tecidos
Randon S/A Implementos e Participações	Caxias do Sul	Nível 1	Bens Industriais / Material Rodoviário
Rio Grande Energia S/A	Caxias do Sul	Tradicional	Utilidade pública / Energia Elétrica
Unicasa Indústria de Móveis S/A	Bento Gonçalves	Novo Mercado	Consumo Cíclico / Utilidades Domésticas / Móveis

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Desse modo, para a coleta dos dados, foram analisadas as demonstrações contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório de Sustentabilidade, o *site* das empresas, da BM&FBovespa e da CVM. Os dados apresentados foram extraídos do Relatório de Sustentabilidade, do Balanço Social, do Relatório da Administração e do *site* das empresas, pois nas demais demonstrações não foram encontradas nenhuma informação relacionada ao meio ambiente.

Para o levantamento dos dados, a pesquisa baseou-se no modelo de Rover, Murcia e Borba (2008), sendo dividida em quatro categorias, divididas em políticas ambientais, sistemas de gerenciamento ambiental, impacto dos produtos e processos no meio ambiente e, informações financeiras e ambientais conforme dispostas nos quadros 6 a 9. O modelo foi replicado pelos presentes autores nas empresas da Serra Gaúchas listadas na BM&FBovespa.

A análise foi realizada nos relatórios, demonstrativos contábeis disponíveis no *site* das próprias empresas, CVM e BM&FBovespa dos anos de 2010 e 2011. Salienta-se que em nenhum

momento se teve a intenção de identificar a qualidade e a quantidade de informações e sim quais informações as empresas evidenciam. Para um melhor entendimento, nos quadros 6 a 9 utilizaram-se as alternativas "sim", se as empresas fazem menção às subcategorias dispostas e "não" se as empresas não fazem menção as subcategorias.

**Políticas Ambientais** - Entende-se por políticas ambientais, a declaração de uma organização onde ela expõe suas intenções em relação ao seu desempenho ambiental prevendo uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais. No Quadro 6 pode-se visualizar um resumo das informações apresentadas pelas empresas.

**Quadro 6: Políticas Ambientais**

Sub-categorias	Categoria: Políticas Ambientais						
	Fras-le	Lupatech	Marcopolo	Petenatti	Randon	RGE	Unicasa
Declaração das práticas, ações, atuais e futuras.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Declaração de Obediência a leis, licenças, normas e órgãos ambientais.	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Prêmios e participações em índices ambientais.	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não

**Fonte:** Adaptado pelos autores de Rover, Murcia e Borba (2008)

Analisando o quadro 6, têm-se as seguintes informações:

Fras-le S/A - Conforme disposto no *site* da empresa e no relatório de sustentabilidade, como práticas ambientais da empresa Fras-le podem ser citadas a estação de tratamento de efluentes, a compostagem de resíduos sólidos, a central de resíduos, o envio de resíduos para co-processamento, o sistema de lavagem de gases e o controle e monitoramento de emissões atmosféricas. A empresa menciona também não utilizar mais amianto (fibra mineral) em seu processo produtivo fato que demonstra a antecipação da Fras-le à legislação vigente, e a preocupação com o meio ambiente. Com o reconhecimento de suas ações ambientais, a empresa recebeu vários prêmios, dentre os quais pode ser citados o Prêmio Integração, Projetos Ecológicos Automotivos pelo desenvolvimento de produtos sem material químico. O Prêmio Selo Verde, concedido pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro e pela Organização Não-Governamental Ambientalista Defensores da Terra. Em momento algum a empresa referiu-se a estabelecimento de metas e objetivos ambientais.

Lupatech S/A - Conforme disposto no *site* da empresa, a Lupatech adota uma política sustentada em dois eixos: minimizar e reciclar os resíduos gerados, tendo como meta o reconhecimento pela sociedade como um grupo de empresas que se preocupa com os desafios ambientais e sociais além dos econômicos. Para tanto se comprometem com a educação, capacitação e conscientização de todos os seus públicos; buscam dentro de suas atividades atuarem na promoção da saúde, na proteção à vida e na prevenção da poluição, trabalhando para a minimização de impactos ambientais. A Lupatech recebeu o Prêmio

Febramec Meio Ambiente na Categoria Empresas de Grande Porte, concedido pela Feira Brasileira da Mecânica e Automação Indústria, a distinção visa dar reconhecimento público a ações socioambientais implementadas pelo setor industrial para melhorar o seu processo produtivo tendo em vista atender também a necessidade de preservação e conservação do meio ambiente. Foi certificada também pelo Instituto Ambiental Brasil (IAB) e Prefeitura Municipal de Americana pela participação no Programa de Conscientização Ambiental realizado através de cartilhas educativas.

Marcopolo S/A - A empresa tem como prioridade o respeito pela natureza, pois pratica ações de comprometimento das pessoas, da melhoria de processos, e da aplicação de tecnologias adequadas, além do estabelecimento de metas em prol ao meio ambiente. Programas voltados às questões ambientais fazem parte da política de gestão da Marcopolo, anualmente a empresa realiza ações específicas em comemoração ao dia mundial do meio ambiente, além de uma série de programas e ferramentas para controle do sistema produtivo, obteve também a Licença Prévia para um novo aterro de resíduos sólidos industriais não perigosos.

Pettenati S/A Indústria Têxtil - As práticas sustentáveis da Pettenati se estendem também em estabelecer padrões éticos de relacionamento, transparência e responsabilidade legais com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade e poder público. No controle de metas ambientais, a empresa utiliza matéria-prima biodegradável, com ausência de metais pesados e outros compostos químicos que possam ser nocivos, com o objetivo de proteger o meio ambiente. Em momento algum a empresa referiu-se a possuir declaração das práticas, ações, atuais e futuras e nem de estabelecimento de metas e objetivos ambientais.

Randon S.A. Implementos e Participações - Conforme analisado em seus relatórios e *site*, a empresa Randon Implementos não faz menção a nenhuma subcategoria das políticas ambientais.

Rio Grande Energia S/A - A RGE presta serviços de distribuição de energia com respeito ao meio ambiente, prevenindo a poluição, identificando e controlando impactos ambientais que realiza em sua área de concessão, cumprindo legislações e requisitos relacionados, buscando a melhoria contínua de seu desempenho ambiental, desenvolvendo seus serviços da melhor forma possível com o objetivo de proteger o meio ambiente. Recebeu o Prêmio Expressão Ecológica em relação à Proteção Ambiental na Construção de Redes de Distribuição de Energia.

Unicasa Indústria de Móveis S/A - A empresa destaca ser cuidadosa em suas atividades em relação ao meio ambiente e observa a legislação brasileira sobre o tema. Também adota práticas de controle preventivo e, constantemente, através de ações que visem minimizar os impactos gerados pela sua atividade. Nos relatórios analisados a empresa não menciona estabelecimento de metas, objetivos nem o recebimento de prêmios ou participações em índices ambientais.

De acordo com as informações coletadas, percebe-se que as empresas Lupatech e RGE, divulgaram informações nas quatro subcategorias, sendo as empresas que mais evidenciaram informações no que se refere a políticas ambientais. A Marcopolo somente não divulgou o recebimento de prêmios em relação às práticas de proteção ambiental. As empresas Fras-le e Unicasa não mencionaram estabelecer metas e objetivos ambientais. A Pettenati divulgou apenas informações referentes a práticas e ações e ao estabelecimento de metas e objetivos. A Randon Implementos em momento algum divulgou algum tipo de informação ambiental referente às subcategorias mencionadas no Quadro 6.

**Sistemas de gerenciamento ambiental** - Entende-se por sistemas de gerenciamento ambiental, um processo voltado a resolver problemas de caráter ambiental, objetivando o desenvolvimento sustentável. No Quadro 7 pode-se visualizar um resumo das informações apresentadas pelas empresas.

**Quadro 7: Sistemas de Gerenciamento Ambiental**

Sub-categorias	Categoria: Sistemas de Gerenciamento Ambiental						
	Fras-le	Lupatech	Marcopolo	Petenatti	Randon	RGE	Unicasa
ISO 14000 e/ou 14001	Sim 14001	Sim 14001	Sim 14001	Não	Sim 14001	Sim 14001	Não
Auditoria Ambiental	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Gestão Ambiental	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: Adaptado de Rover, Murcia e Borba (2008).

Analisando o quadro 7, têm-se que as empresas Fras-le, Lupatech, Marcopolo, Randon e RGE possuem a certificação ISO 14001, conhecida como ISO Ambiental, a mais importante certificação em gestão ambiental, por estarem de acordo com a Legislação Ambiental do País, do Estado e do Município; por terem uma política ambiental de respeito ao meio ambiente, realizarem projetos de melhoria contínua de seus processos produtivos e implantarem programas que desenvolvam a consciência ambiental de funcionários, fornecedores, comunidade, clientes e acionistas, mas não registraram nenhum tipo de informação referente à auditoria ambiental. As empresas Pettenati e Unicasa em momento algum divulgaram algum tipo de informação ambiental referente às subcategorias mencionadas no Quadro 7. Nos sistemas de gerenciamento ambiental são considerados também os impactos dos produtos e processos no meio ambiente.

**Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente** - Entende-se por impacto dos produtos e processos no meio ambiente qualquer alteração que o mesmo venha a sofrer em decorrência de determinadas ações da atividade humana.

**Quadro 8: Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente**

Sub-categorias	Categoria: Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente						
	Fras-le	Lupatech	Marcopolo	Petenatti	Randon	RGE	Unicasa
Resíduos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Reciclagem	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Desenvolvimento de produtos ecológicos	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Impacto na área de terra utilizada	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Tratamento de efluentes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Reutilização de água	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Reparos aos danos ambientais	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não

Fonte: Adaptado de Rover, Murcia e Borba (2008)

Analisando o Quadro 8, têm-se as seguintes informações:

**Fras-le S/A** - Com a eliminação do amianto da composição de seus produtos, processo iniciado em 1983 e eliminado totalmente desde 2006, a Fras-le passou a investir no desenvolvimento da linha de lonas de freio que aproveita matéria prima captada durante o processo de fabricação pela exaustão, que consiste na utilização de material reciclado durante o processo de produção, como matéria-prima, gerando uma economia de 22 mil toneladas de recursos naturais, que deixaram de ser utilizados, evitando assim, a geração de 22 mil toneladas de resíduos, representando a economia de R\$ 8 milhões com a aquisição de matéria-prima, comercialização de R\$ 74 milhões de peças produzidas tendo como matéria-prima o material reciclado, ocasionando o aumento de 30% no faturamento líquido, abertura de novos negócios (exportações) e aumento no número de empregos.

Em 2010, foram tratados 69 milhões de litros de água e destes, cerca de 25% foram reaproveitados. O resíduo proveniente desse sistema (lodo) passa pelo processo de compostagem que é o tratamento de resíduos orgânicos, mensalmente são 10 toneladas de lodo utilizadas posteriormente como adubo. A água utilizada nos processos produtivos, 27% é reutilizada, o que permite que 55 mil litros diários de água deixem de ser retirados dos poços. A água é reaproveitada na preparação de produtos químicos e no sistema de lavagem de gases. A empresa consome diariamente em seu processo produtivo, 270 mil litros de água, proveniente de poços artesianos, após o uso o líquido é enviado para a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), saindo dali em condições de ser lançado em um rio sem provocar impacto ambiental. O resíduo não aproveitável é acondicionado adequadamente em aterro sem riscos ambientais. Em momento algum a Fras-le fez menção aos impactos na área de terra utilizada e nos reparos a danos ambientais.

**Lupatech S/A** - A empresa conta com espaços construídos atendendo à legislação ambiental para o armazenamento temporário dos resíduos, chamados de Central de Resíduos. Esses espaços além de serem totalmente fechados, possuem piso impermeabilizado e sistema de contenção para líquidos, para evitar que possíveis vazamentos atinjam o solo na parte externa do mesmo. Possui um Programa de Reciclagem e Redução de Consumo de Papel, assim como o de Redução no Consumo de Água e Energia. A Lupatech também deu início à campanha 'Copo só para Visitas', visando à redução dos resíduos plásticos. Para a substituição dos copos descartáveis, cada colaborador recebeu uma caneca de louça com seu nome gravado. Com o *slogan* 'Nossa consciência ambiental gera frutos'.

Dispõe de um Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos (SITEL), instalado na sede da empresa, em Caxias do Sul, viabiliza o tratamento de 100% dos efluentes industriais e sanitários. A água da chuva é reaproveitada e chega a proporcionar uma economia de até seis mil litros por mês no período de maior precipitação pluviométrica. O sistema capta a água das calhas e armazena em três caixas de mil litros cada. A empresa também substituiu as folhas de papel brancas por material reciclado e, no Dia Mundial do Meio Ambiente, presenteou os colaboradores com mudas de plantas nativas. A empresa possui aterros devidamente licenciados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), para a disposição do resíduo gerado em maior quantidade no processo de micro fusão, a casca cerâmica classificada pela Norma Brasileira (NBR) 10004, como resíduo não perigoso. Quanto ao desenvolvimento de produtos ecológicos e aos reparos aos danos ambientais a empresa Lupatech não fez nenhuma manifestação em seus relatórios.

**Marcopolo S/A** - A empresa possui um sistema de reciclagem com reuso, possibilitando a reciclagem anual de mais de 250 toneladas de papel de isolamento de pintura, esse processo permite reduzir em até quatro vezes o passivo ambiental além de recuperar um terço dos materiais que eram descartados. O processo tem início com a coleta dos resíduos, passando



por uma unidade de processamento até chegar a Unidade de Tratamento de Resíduos própria, licenciada por órgão ambiental. No desenvolvimento de produtos ecológicos, é apresentado o projeto do Viale BRT Híbrido é baseado na tendência internacional de pesquisa por alternativas que permitam a mobilidade veicular com preservação do meio ambiente. O tratamento de efluentes da Marcopolo contempla os afluentes industriais e sanitários, houve também a ampliação da estação de tratamento de efluentes. A empresa não manifestou-se em relação a impacto na área de terra utilizada, a reutilização de água e reparos a danos ambientais

**Pettenati S/A Indústria Têxtil** - A empresa propõe reutilizar, reduzir e reciclar os resíduos gerados na produção, as empresas que os recolhem atendem à legislação vigente e estão adequadas ao órgão fiscalizador FEPAM. Durante todos os seus processos, o consumo de água e de energia é gerenciado, buscando constantemente novos índices de redução do uso desses recursos naturais. Antes de ser devolvida ao rio, a água utilizada na produção passa por um tratamento de efluentes, utilizando processos biológicos e naturais e atendendo, além das determinações da Fepam, aos padrões mais rigorosos de limpeza e pureza da água. A empresa não referiu-se em momento algum sobre a produção e desenvolvimento de produtos ecológicos e impactos na área de terra utilizada.

**Randon S/A Implementos e Participações** - A Randon Implementos contém uma equipe chamada Ecotime - produção mais limpa -, formada por integrantes das áreas de processo, produção, manutenção e meio ambiente, que visa aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, através da não geração, minimização ou reciclagem de resíduos gerados nos processos produtivos. A empresa não se referiu em momento algum sobre a produção e desenvolvimento de produtos ecológicos e reparo aos danos ambientais.

**Rio Grande Energia S/A** - A empresa menciona diversos impactos ambientais, dentro eles podem ser citados a poda e o corte das árvores, os veículos, pois estes liberam partículas na atmosfera, consomem combustíveis e geram resíduos devido a sua manutenção. Os resíduos gerados sempre que possível são mandados para a reciclagem ou reaproveitados em outras atividades. É mencionado também o consumo de recursos naturais, pois a empresa depende da extração de alguns recursos para que sua atividade seja realizada. Impactos indiretos oriundos das usinas hidrelétrica, térmica e nuclear, geradores eólicos e geração por energia solar.

Para minimizar os impactos causados por sua atividade, a RGE adota práticas de preservação como a contratação de empresas especializadas em meio ambiente, recolhimento do resíduo gerado na sua atividade, transplantes de mudas de árvores, preservação de banhados e nascentes durante a abertura de acessos, nivelamento do solo em torno das torres, registro do número de árvores cortadas para planejamento de plantios compensatórios das árvores, imagens de satélite em projetos de linha de transmissão. Em relação ao desenvolvimento de produtos ecológicos e ao tratamento de efluentes e a reutilização de água a empresa não fez menção.

**Unicasa Indústria de Móveis S/A** - A empresa evidencia que os resíduos são destinados para aterro licenciado, os panos são lavados e reutilizados, possuem recolhimento e armazenamento de pó/serragem garantindo que toda poeira gerada no processo produtivo seja estocada em local isolado e fechado. Em relação aos efluentes, estes passam por tratamento físico, químico e biológico, sendo reaproveitados 100% do efluente tratado na fábrica, a empresa menciona também a adoção de práticas como o reaproveitamento de 100% da água utilizada em suas fábricas; o reaproveitamento dos coprodutos gerados no processo

produtivo, tais como a serragem, a madeira, o plástico e o papelão, que são utilizados por outros setores da economia; a substituição do óleo diesel pelo gás liquefeito de petróleo (GLP); a utilização de embalagens feitas com plásticos recicláveis para transporte dos móveis produzidos; e a utilização de matéria prima adquirida apenas de empresas certificadas pela ISO 14001. Em relação ao desenvolvimento de produtos ecológicos e ao tratamento de efluentes e ao reparo aos danos ambientais a empresa não faz menção.

Analisando o Quadro 8, percebe-se que as empresas Fras-le e Randon são as que mais evidenciam informações, pois das sete subcategorias descritas essas empresas relatam apenas cinco. Já as empresas Lupatech, Pettenati, RGE e Unicasa, mencionam quatro subcategorias, sendo que a de resíduos e a de reciclagem são mencionados pelas mesmas empresas. A Marcopolo evidenciou apenas o tratamento de efluentes, não manifestando-se em nenhuma outra subcategoria descrita no quadro 8.

**Informações Financeiras Ambientais** - O Quadro 9 apresenta as informações financeiras ambientais das empresas pesquisadas.

**Quadro 9: Informações Financeiras Ambientais**

Sub-categorias	Categoria: Informações Financeiras Ambientais						
	Fras-le	Lupatech	Marcopolo	Petenatti	Randon	RGE	Unicasa
Investimentos ambientais	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Custos e despesas ambientais	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Passivos ambientais	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Práticas Contábeis ambientais	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

**Fonte:** Adaptado pela autora de Rover, Murcia e Borba (2008)

Analisando o Quadro 9, têm-se as seguintes informações:

**Fras-le S/A** - Para eliminar o consumo de tambores utilizados no acondicionamento de resíduos de sucata de pastilhas, a Fras-le investiu na compra de caçambas. Este investimento de R\$ 9,1 mil trouxe uma economia anual de R\$ 32 mil, que eram investidos na compra de tambores, reduziu também o impacto ambiental da geração deste resíduo. A empresa investe também na criação de programas sociais e ambientais que desenvolvem a consciência ambiental de funcionários, fornecedores, comunidade, clientes e acionistas, dentre eles destacam-se o Programa Florescer, Viver de Bem com a Vida, Novos Caminhos. Realiza atividades de educação ambiental para público interno e externo, durante a semana que comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente e outros programas voltados à preservação ambiental. Não faz menção a custos, a passivos ambientais e às práticas contábeis ambientais.

**Lupatech** - A Lupatech desenvolve há três anos o projeto de educação ambiental “Sou consciente, cuidado do Meio Ambiente”, voltado para alunos da rede pública de ensino. A coleta seletiva e o reaproveitamento das matérias-primas são incentivados, assim como a conscientização para a necessidade de economizar os recursos naturais, por meio do Programa de Racionalização de Energia Lupatech. Em consonância com a política de gestão ambiental da companhia está em andamento dentro do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Lupatech (CPDL) um projeto de pesquisa que visa o reaproveitamento da casca cerâmica moída pelos próprios processos de micro fusão em substituição de parte da matéria prima utilizada no

processo de obtenção da casca cerâmica. Não faz menção a passivos ambientais nem às práticas contábeis ambientais.

**Marcopolo S/A** - Quanto aos investimentos existe a possibilidade da criação de uma nova linha especial de financiamento através do BNDES, denominado inicialmente de Finame Verde, que criaria condições mais vantajosas para os empresários renovarem a frota com motores novos, menos poluentes, menciona também que investe em proteção ambiental, mas não faz menção a valores nem a formas de investimento. Em nenhum momento a empresa refere-se a custos, passivos ambientais e práticas contábeis ambientais.

**Pettenati S/A Indústria Têxtil** - A Pettenati não faz menção a nenhuma das subcategorias descritas no Quadro 9.

**Randon Implementos e Participações S/A** - A Randon Implementos participa de parte de um investimento no aprimoramento de processos da estação de tratamento de efluentes de uma empresa terceirizada, mas não faz menção a valores. Não refere-se a custos, passivos ambientais e práticas contábeis ambientais.

**Rio Grande Energia S/A** - A RGE cita em seu relatório da administração alguns indicadores ambientais referentes a investimentos relacionados com a produção da empresa e com programas e projetos externos, não menciona custos, passivos ambientais e práticas contábeis ambientais.

**Unicasa Indústria de Móveis S/A** - No ano de 2011, a Unicasa efetuou um investimento no valor de R\$ 652.848,00 em sistema de exaustão. No mesmo ano, obteve gastos de R\$ 14.127,00 na destinação final de resíduos perigosos em aterro licenciado e na incineração de resíduos e R\$ 13.519,00 na lavagem e reuso de panos e materiais contaminados com óleos e graxas. Não faz menção a passivos ambientais e às práticas contábeis ambientais.

Analisando o Quadro 9, percebe-se que todas as empresas em estudo não fazem menção a passivos ambientais e nem as práticas contábeis ambientais. A única empresa da amostra que não evidenciou investimentos foi a Pettenati. Somente as empresas Lupatech e Unicasa mencionaram informações referentes a custos e despesas ambientais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste artigo, verificou-se o quanto é importante que sejam evidenciadas as informações de natureza ambiental dentro das empresas, principalmente por parte daquelas que utilizam recursos naturais diretamente em suas atividades. Por outro lado, nota-se que as empresas possuem uma grande dificuldade de encontrar uma maneira adequada de evidenciar essas informações. Embora no Brasil a divulgação de informações de cunho ambiental não seja obrigatória, com o intuito de demonstrar mais transparência e para satisfazer as necessidades da sociedade como um todo, algumas empresas utilizam-se de relatórios tradicionais como o Relatório da Administração, as Notas Explicativas os Relatórios Adicionais e até mesmo no próprio *site* das empresas sendo estes elaborados unicamente para divulgar esse tipo de informação, sendo de grande importância a contribuição da Contabilidade para a elaboração de ambos.

O estudo respondeu ao problema de pesquisa atingindo o objetivo geral de verificar se as empresas da Serra Gaúcha listadas na BM&FBovespa, seguidoras das Práticas de Governança

Corporativa, evidenciam em seus relatórios e nas demonstrações contábeis informações de cunho ambiental. A maioria das informações coletadas foram encontradas nos relatórios de sustentabilidade, nos relatórios da administração e nas páginas iniciais do *site* das empresas estudadas.

Os resultados alcançados indicam que apesar de as empresas demonstrarem ter consciência de que a realização de suas atividades causa danos e geram consequências ao meio ambiente, geralmente divulgam algumas informações de forma descritiva, relatam certificações, práticas ambientais, investimentos, programas de educação ambiental, no entanto, pouca informação é evidenciada quando o termo utilizado refere-se aos reparos a danos ambientais, passivos ambientais e práticas contábeis adotadas. Os profissionais contábeis, os órgãos reguladores da profissão contábil, entidades educacionais e de pesquisa devem estar atentos às novas preocupações e necessidades informativas dos *stakeholders*, pois, além de elementos econômicos, incorporam informações de natureza ambiental.

Diante disso, conclui-se que as empresas enfatizam sua imagem divulgando essas informações demonstrando um retrato positivo perante a sociedade. Entende-se que evidenciar as informações ambientais é fundamental para as empresas, pois quanto maior o investimento em relação ao meio ambiente, maior será seu desenvolvimento econômico, pois buscam a valorização do mercado, seja com a intenção de amenizar os impactos ambientais ou por questão de *marketing*, para obterem vantagem em relação à concorrência.

O estudo limitou-se a analisar somente as empresas da Serra Gaúcha Seguidoras das Práticas de Governança Corporativa Listadas na BM&FBovespa. Recomenda-se, como sugestões para próximos estudos, ampliar a amostra estudada, considerando-se empresas com e sem as Práticas de Governança Corporativa, baseando-se na teoria de que a evidenciação é um dos pilares da Governança Corporativa e que quanto maior o nível de Governança, mais a empresa deverá evidenciar. Destaca-se que essa conclusão limita-se a este estudo em questão, sendo que os resultados não podem ser generalizados. As empresas elencadas podem ter tido mais ações de carácter ambiental, entretanto não terem sido divulgadas.

## REFERÊNCIAS

Andrade, A. & Rossetti, J. P. (2009). *Governança corporativa*. São Paulo: Atlas.

BM&F/Bovespa - <<http://bovespa.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

Boff, M. L. *Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Blumenau, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net>>. Acesso em: 03 set. 2012.

Coelho, C.U.F. & Lins, L. dos S. (2010) *Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial*. São Paulo: Atlas.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (2008). *Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis*. Disponível em: <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em: 16 out. 2012.

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (2004). *Resolução n. 1.003/04*: Aprova a NBC T 15 – Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: CFC. Disponível em: <[http://www.crcsp.org.brportal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1003.htm](http://www.crcsp.org.brportal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1003.htm)>. Acesso em: 28 out. 2012.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM. (2001). *Instrução nº 351*. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2012.

Cunha, P.S.C.; Souza, R.B.L. & Souza, P.L. (2009). Análise do setor madeireiro de Roraima e sua interação com a contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. *ConTexto*, v.9 (15). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs>>. Acesso em: 23 set. 2012.

Ferreira, A.C.de S. (1995). Contabilidade de custos para a gestão do meio ambiente. *Caderno de Estudos*. São Paulo, FIECAFI.

Fras-Le (2012) Disponível em: <http://www.fras-le.com.br/pt>, Acesso em: 22.set.2012;

Freire F.S. & Rebouças, T.R.S. (2001). *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Global Reporting Initiative (GRI). Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/PortugueseLanguagePage.m#Brasil>>. Acesso em: 22 out. 2012.

Gray, R. B. *Accounting for the environment*. Londres, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2012

Hendriksen, E.S. & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo, Atlas.

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>>. Acesso em 22/09/2012

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. *Balanço Social*. Disponível em: <[www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm)> . Acesso em: 9 jun. 2012.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2012a). *Código Brasileiro das melhores práticas de governança corporativa*. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. (2012b). *Governança corporativa no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

Instituto Ethos. Disponível em: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>. Acesso em: 30 set. 2012.

Ludícibus, S. de. (2000). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Ludícibus, S. de; Martins, E. & Gelbcke, E. R. (2007). Manual de contabilidade das sociedades por ações. São Paulo: Atlas.

Lopes de Sá, A. (1998). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Lupatech (2012) Disponível em: <http://www.lupatech.com.br/lupatech/index.php>, Acesso em: 22.set.2012.

Marcopolo (2012). Disponível em: <http://www.marcopolo.com.br/website/2011/>, Acesso em: 24.set.2012.

Martins, E. & De Luca, M. M. M.(1994). Ecologia via contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília: CFC.

Nossa, V. (2002) *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 07 out. 2012.

Oliveira, D. de P. R. de. (2006). *Governança corporativa na prática*. São Paulo: Atlas.

Paiva, P. R. de. (2003). *Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção*. São Paulo: Atlas.

Pettenati (2012) Disponível em: <http://www.pettenati.com.br/>, Acesso em: 27.set.2012.

Piacentini, N. (2004). *Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2004. Disponível em: <http://btd.unisinos.br>. Acesso em: 13 out. 2012.

Pinto, A. L., R. & Maisa de S. (2004). Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças* n. 36, pp.21-34.

Randon Implementos (2012) <http://www.randonimplementos.com.br/pt>, Acesso em: 27.set.2012;

Raupp, E. H. (2012). Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. *Anais... VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul*. Gramado.

RGE-RS (2012) Disponível em: <http://www.rge-rs.com.br/>. Acesso em: 12.set.2012.

Rodrigues, J. A. & Mendes, G. De M. (2004). *Governança corporativa: estratégia para geração de valor*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Rover, S.; Murcia, F. D. & Borba, J. A. (2008). Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Anais.. II Congresso ANPCONT*.

Silva, B. A. da. (2003). Contabilidade e meio ambiente: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais. São Paulo. Annablume/Fapesp.

Silva, E. C. da. (2006). *Governança corporativa nas empresas*. São Paulo: Atlas.

Silva, B. G. da. C. (2009). *Contabilidade ambiental*. Curitiba: Juruá.

Unicasamoveis (2012). Disponível em: <http://www.unicasamoveis.com.br/>. Acesso em: 15.set.2012.

Tinoco, J. E. P. & Kraemer M. E. P. (2008). *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas.

Tinoco, J. E. P. (2001). *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas.

**Recebido – 14 AGO 2014**

**Avaliado e Revisado – SET - NOV**

**Aprovado – 1 DEZ 2014**